

## EGITO, PRESENTE DO NILO<sup>1</sup>

João Vicente Ganzarolli de Oliveira\*

### *Abstract*

*Observing the close connection between History and Geography, this article points out and make some comments on the basic aspects of the Egyptian culture. Especial emphasis is given to the role of the Nile as geographical entity, as well as to the Egyptian art as a privileged source for the understanding of ancient Egypt.*

Os egípcios, antes que Psamético reinasse sobre eles,  
pensavam ser os mais antigos de todos os homens.

“O Egito é um presente do Nilo”, disse pela primeira vez Hecateu de Mileto, e logo depois dele Heródoto, há 2500 anos (HERÓDOTO. *Histórias*, II, 5). Inigualavelmente sintética e precisa a definição adotada pelo sábio grego, a quem se atribui haver fundado a Geografia e a História. Grande viajante, Heródoto visita o Egito, que lhe parece velho como o próprio tempo. Na verdade, o que encontra às margens do Nilo é já o ocaso da mais brilhante e enigmática das civilizações do mundo antigo: brilhante pelas conquistas alcançadas em tantos ramos da cultura; enigmática pela sua originalidade incomparável; no ocaso por estar às vésperas da chegada triunfal de Alexandre, que põe termo ao regime de dinastias que havia dado ao Egito seus traços fundamentais como civilização.

Na altura do Equador, encontramos a razão de ser do país descrito por Heródoto e que divide com os vizinhos da Mesopotâmia o título de berço da civilização: o Nilo, que desce das terras centro-africanas e dirige-se para o

---

\* Prof. Dr. da Escola de Belas-Artes da UFRJ e do Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC-IFCS/UFRJ). Vice-presidente da ABRE (Associação Brasileira de Estética).  
E:mail: jganzarolli@usa.com

norte, atravessando Uganda, o Sudão e o Egito, onde encontra o Mediterrâneo Oriental em forma de delta. Ao Nilo se devem os 4% de terras cultiváveis existentes no Egito. Em território egípcio, o Nilo corre quase paralelo ao Mar Vermelho, afigurando-se aos olhos que vêem o mapa como um grande talho azul que separa os dois desertos: a leste, o da Arábia, com sua aridez implacável; a oeste, o da Líbia, atenuado por oásis esparsos. Os antigos egípcios comparavam o Nilo a um gigantesco ramo de lótus: o delta sendo a flor, o oásis de Al Faiyoum o botão, o rio e o vale, o talo. É, aliás, a mesma comparação que comparece nos capitéis que encimam as colunas egípcias, antecipando as três grandes ordens da arquitetura grega. Disputando a majestade ao Nilo, as estátuas e os edifícios egípcios erguem-se da rocha às margens do maior de todos os rios.

Em nenhum outro lugar da Terra confirma-se com tanta propriedade a idéia de que as sociedades orientais, bem mais do que as ocidentais, tendem a perpetuar suas tradições primitivas: o Egito mantém a sua cultura praticamente inalterada durante três milênios. À primeira vista, isso pode parecer ao historiador uma facilidade, favorável à abordagem histórica do mundo egípcio na Antigüidade, dado que a História se concentra no aspecto mutável de determinadas relações dos homens entre si e o meio em que vivem. Desse modo, quanto menos numerosas e de menor amplitude forem as mudanças ocorridas naquelas relações, o trabalho do historiador seria facilitado, havendo pouco a contar e a interpretar. Mas não é esta a realidade: a escassez de dados escritos relativamente a um período de tempo longuíssimo, aliando-se a essa mesma aparente estagnação cultural do Egito antigo, não faz diminuir as dificuldades para a compreensão da sua realidade histórica; antes, ao contrário, são circunstâncias que agem como complicadores que se adicionam à tarefa do historiador, já em si difícil, de trazer à tona o passado e explicá-lo. Não raro as dúvidas superam as certezas, e os fatos são encobertos por lendas e mitos. Sob esse aspecto, o presente artigo não escapa à regra. Antes, a confirma: se os comentários que proponho para as relações entre a história e a geografia do Egito antigo não fornecem respostas definitivas para o tema, isso decorre da natureza desse mesmo tema.

A proposta, como se vê, nada tem de novo. Desde a Antigüidade é costume apostar neste método em que a História e a Geografia são vistas em constante interação: a própria definição do Egito como "presente do Nilo", formulada por Hecateu e revivida por Heródoto, já tem por implícita uma interação da Geografia com a História. Ao sintetizarem dessa forma a reali-

dade egípcia, ambos os sábios gregos expressam o fato de que a cultura egípcia deve ao Nilo não apenas a sua grandiosidade inigualável: sua própria razão de ser é, de certo modo, uma decorrência do rio Nilo. Não resta dúvida quanto à pertinência de tal método. O perigo consiste nos exageros pelos quais esse gênero de análise, vez por outra, se deixa levar. Um exemplo clássico é o determinismo de Taine, que vê nas características geográficas dos lugares uma explicação suficiente para os diferentes destinos artísticos das diversas sociedades humanas (cf. TAINÉ, 1954: 9sq). O problema, insisto, está no radicalismo: a geografia ajuda a explicar o desdobramento histórico de uma sociedade, mas não basta como fator explicativo. Nem por isso deve-se ir ao extremo oposto, que consistiria em negar às circunstâncias geográficas qualquer influência sobre a dimensão histórica na qual o homem, e só ele dentre todas as criaturas, se acha inserido. A presença farta de granito no solo egípcio não obrigou os egípcios a se tornarem grandes arquitetos e escultores; tampouco a verem na pedra uma espécie de metáfora artisticamente manipulável da eternidade, repetindo assim uma característica que eles acreditavam pertencer ao rio Nilo, mercê do seu ciclo aparentemente inalterável de cheias e vazantes. Mas é inegável que, sem a pedra farta à disposição das obras monumentais, a cultura do Egito antigo seria, no mínimo, muito diferente do que foi. O conhecimento não se dá necessariamente através de composições binárias exclusivistas. Sobretudo no campo das ciências que estudam o homem, realidade transitória e incerta, há de se rejeitar o *ou isto ou aquilo*.

Nos mapas atuais, o Egito assemelha-se a um trapézio, que corresponde a um milhão de quilômetros quadrados que se espalham pelas terras desérticas do nordeste africano, unindo-se ainda à pequena e montanhosa península asiática do Sinai. Contrariando as aparências, a cultura do Egito antigo não é de todo autêntica. Afinidades culturais expressivas podem ser notadas entre o Egito e os povos vizinhos: ao norte, os cretenses; a leste, os asiáticos; a oeste, os líbios; e ao sul, os núbios. Já na época pré-dinástica, o Egito havia estabelecido, ainda que de forma indireta, laços culturais com regiões tão distantes como a Pérsia. Prova disso é que materiais não existentes no Egito, mas comuns nessas regiões (lápiz-lazúli, obsidiana, marfim e azeite de oliva), foram encontrados em tumbas egípcias daquela mesma época (cf. WILSON, 1992: 36, 56). Isso sem falar no selo cilíndrico, na arquitetura monumental, no uso de ladrilhos em painéis decorativos, em motivos artísticos tais como grupos correspondentes e antitéticos, a presença dominante do herói sobre

animais que se correspondem, animais híbridos cujos pescoços se entrelaçam e barcos: todos esses elementos nitidamente de origem mesopotâmica. Além do que, há grande possibilidade de a metalurgia ter vindo da Anatólia, e de que a própria escrita – um dos traços mais proeminentes da cultura egípcia – seja de origem mesopotâmica. E esse somatório de fatores, ao que tudo indica, foi fundamental para o próprio erguimento do Egito como civilização, no quarto milênio a. C. (cf. WILSON, 1992: 65sq).

O quadro apresentado desfaz a idéia, tantas vezes defendida, de que o Egito ter-se-ia desenvolvido de forma completamente autônoma em relação às outras culturas do mundo antigo. Mas não se deve negligenciar o isolamento típico da civilização egípcia, que de fato existiu e foi ocasionado, em grande parte, pela proteção geográfica que o deserto lhe dava. Não se pode esquecer que, tomando como referência o início do período dinástico (c. 3200 a. C.), o Egito passa um milênio e meio sem ser invadido por nenhum povo estrangeiro. No que se tem um fator explicativo para a estabilidade política e cultural que marcaria o Egito faraônico. Uma circunstância que se torna ainda mais extraordinária, se tomarmos como medida de comparação a vizinha Mesopotâmia, na qual, durante o mesmo período histórico, as invasões e conflitos diversos constituíram a regra. Muito mais do que qualquer outra cultura da Antiguidade e da própria história como um todo, o Egito antigo desenvolveu-se de forma autônoma e centrípeta durante boa parte da sua existência. Cabe lembrar: se, por um lado, o Egito deve aos mesopotâmicos alguns dos principais alicerces culturais que fazem dele a mais brilhante e duradoura das civilizações antigas, por outro, essa relação não é recíproca. A Arqueologia não dispõe de nenhuma prova relativa a eventuais contribuições culturais do Egito para com a Mesopotâmia (cf. WILSON, 1992: 68).

Com o deserto atuando como barreira protetora para desencorajar os invasores, o homem do Egito primitivo voltou-se espontaneamente para si mesmo: interessava-lhe mais que tudo preservar a vida após a morte, integrando-se, assim, à eternidade. As mudanças indicam o fluxo inexorável do tempo, que faz com que o homem e os demais seres vivos caminhem para a morte. Desafiando esse tempo que a tudo consome, algumas realidades parecem não ter tido começo, dado o seu próprio modo de ser: na natureza, o Sol e o Nilo, patronos da existência egípcia, que com seus ciclos regulares espelham uma realidade imutável; na arte, as pirâmides, única das sete maravilhas do mundo a resistir ao tempo, imagens em pedra da eternidade sempre imóvel. Veja-se, aliás, que, ainda hoje, a construção de uma pirâmide pétreia e monumental

como a de Quéops envolveria problemas consideráveis sob o prisma da engenharia e do gerenciamento (cf. (cf. BAINES & MÁLEK, 1994: 160).

“Montanhas de pedra destinadas a resistir ao máximo à destruição” (WILSON, 1992: 110), as três grandes pirâmides da planície da Gizé vigoram como metonímia da arquitetura, da arte e da própria civilização egípcia. Os templos do Egito proporcionam uma harmonia perfeita entre a natureza e a arte; reproduzindo simbolicamente o próprio cosmo, os arquitetos faziam do templo um *duplo* do Universo, evocando assim a supremacia do eterno em relação ao transitório. Não é somente a arquitetura que reflete a ânsia egípcia de moldar a vida na Terra a partir da eternidade esperada após a morte. A escultura egípcia chega a ser antinaturalista, abstrata de certo modo, tal a insistência com que se recusa a afirmar a tridimensionalidade, aliás, uma característica inevitável de toda estátua. Se o escultor egípcio evita a ênfase no aspecto volumétrico da sua obra, isto se deve à idéia de que a estátua, réplica em pedra de um ser vivo, destina-se a uma existência etérea, livre das leis que regem o tempo e o espaço (ver a esse respeito WORRINGER, 1977: 20). O mesmo valendo para a pintura, na qual é ainda mais nítida a intenção de fugir do puro e simples figurativismo. As coisas são mostradas sob o prisma da idealização, como devem ser, e não necessariamente como são na realidade (cf. BAINES & MÁLEK, 1994: 59).

Considerando essa perspectiva, a arte egípcia difere essencialmente daquela que encontramos noutras culturas antigas, como a cretense e a etrusca, em que a plástica figurativa procura captar o aspecto transitório da realidade. Os pintores egípcios opõem-se também à pintura renascentista, inaugurada pela geração de Cimabue e Giotto, a primeira a dar um volume ilusório às personagens que aparecem no mundo bidimensional da pintura. Já ao pintor das tumbas faraônicas interessava-lhe insistir nessa mesma bidimensionalidade, pois, fazendo isso, deixava claro que as figuras pintadas pertenciam prioritariamente a um outro mundo, onde não há matéria perecível e o espírito é soberano. Evidentemente, essas considerações aplicam-se, sobretudo, ao período dinástico (c. 3200-332 a. C.), anterior, pois, à conquista grega e em cuja primeira fase, o Reino Antigo (3200-2258 a. C.), já se estabelecem as diretrizes a prevalecerem por quase três milênios: a tradição unitária das artes figurativas, em que todas elas deixam convergir suas intenções plásticas para o mesmo ponto, que é “a função mágica de garantir ao morto a sobrevivência no Além” (AMBESIO et alii. 1991: 333). Representando os corpos preferencialmente em posição frontal, simplifi-

cando ao máximo os contornos que delimitam as formas, fazendo-as estáticas tanto quanto possível, o pintor egípcio aposta na prioridade da figura em relação ao fundo. Importa-lhe sublinhar o papel essencial do corpo, “que é preciso arrancar da morte. A vida da alma no Além segue as mesmas normas que regem a existência terrena” (COURT. 1987: 42). Assim como na pintura o tamanho maior do faraó em relação às outras personagens presentes nas cenas aponta para a sua supremacia incontestável, na escultura adquire-se o costume de pôr o faraó sobre um bloco de pedra: um expediente que simboliza mais uma vez a sua divindade e, naturalmente, o seu grau hierárquico superior face aos outros homens. Também na escultura insiste-se em ressaltar a imobilidade do faraó, pois o que está imóvel é o que não muda. E, no caso, o importante é mostrar que o soberano encontra-se além de toda e qualquer necessidade de mudança, já que mudar implica passar a ter o que ainda não se tem, ou deixar de ter o que já se teve. Em ambos os casos, e *tertium non datur*, tem-se caracterizada a imperfeição. Porque seu oposto, a perfeição, consiste justamente em nada precisar adquirir e nada perder. Evidentemente, para o faraó representado pela estátua, não lhe convinha admitir-se imperfeito, pois isso poria em xeque o seu estatuto divino, contradizendo assim o próprio conceito de faraó para a mentalidade egípcia.

Precedentes em relação a quase todos os outros povos civilizados, os egípcios acreditavam estar no centro do mundo. Fazendo coincidir a vida civilizada com a própria condição humana, a sociedade egípcia acostumou-se a outorgar apenas aos seus membros o estatuto de “homens”. Tanto que, na sua língua, o termo designativo de *homem* servia, por um lado, para situar o ser humano entre os animais e os deuses; por outro, para identificá-lo com o habitante do vale do Nilo. *Homens*, propriamente falando, eram apenas os egípcios: um termo que não convinha aos outros povos com os quais eles entravam em contato, a saber, os cretenses, os líbios, os asiáticos e os núbios – que, para os egípcios, pouco se diferenciavam dos animais irracionais, do que se infere que os egípcios não reconheciam a existência de trocas culturais (embora ocorressem, como foi dito há pouco) entre eles e esses outros povos. E que ignoravam, ou simplesmente não aceitavam, o fato de partilharem uma origem étnica comum tanto com os semitas, ao norte, quanto com os camitas, ao sul. Para os judeus do Antigo Testamento, o Egito é a “terra de Cam”, filho mais novo de Noé, cuja descendência fora amaldiçoada pelo pai, consoante o relato bíblico (cf. Gen 9, 22; Sl 77, 51; 104, 23; 105, 22).

A fronteira ideológica podia ser transposta, bastando para isso que os estrangeiros fossem residir no Egito, tido como a terra habitável por exceção (cf. WILSON et alii. 1993, pp. 50 e 51). A correspondência era biunívoca: para pertencer à humanidade, fazia-se necessário habitar o vale do Nilo, que, por sua vez, seria a única região do mundo capaz de servir de morada para o homem. São crenças que seriam abaladas pela primeira vez quando da invasão dos hicsos, vindos da Ásia. Isso ocorre durante o Segundo Período Intermediário (1786-1570 a. C.), mais de mil anos após a instauração do ciclo dinástico no Egito. Pela primeira vez, o Egito via-se ameaçado por um inimigo externo. O deserto, que durante tanto tempo atuara como barreira segura contra os invasores, mostrou-se vulnerável. Confirmando essa vulnerabilidade, o típico isolamento egípcio seria definitivamente rompido por ocasião da conquista assíria, entre os anos 671 e 664 a. C. Expulsos os assírios, viriam os babilônios, os persas, os gregos, os romanos e, por fim, os árabes recém-islamizados, no século VII da era cristã. É curioso que, embora a identidade étnica do homem egípcio se tenha dissolvido quase completamente ao longo de mais de dois milênios de domínio estrangeiro ininterrupto, até o século XIX o modo de vida dos camponeses pouco ou nada se tenha alterado em relação ao tempo dos faraós.

Não é coincidência que o neoplatônico Plotino, autor do sistema filosófico mais espiritualizante da cultura ocidental, tenha nascido no Egito. De igual modo, é muito mais do que uma simples anedota o que Porfírio fala do seu mestre quanto à sua célebre recusa pela corporeidade. Eis o que diz a primeira sentença da *Vida de Plotino*, escrita na segunda metade do século III d. C.: “Plotino, o filósofo, que viveu em nossos dias, parecia sentir vergonha de estar dentro de um corpo” (PORFÍRIO. 1954: 1). O próprio mundo das idéias de Platão, que tanto agradou a Plotino e que, por sua vez, é inspirado no pré-socrático Parmênides, descende direta ou indiretamente dessa mentalidade egípcia que aspirava pelo que é estático, imutável, imortal, enfim. Plotino é a expressão filosófica máxima da mesma mentalidade, que, como se acaba de ver, é amplamente explorada na arte egípcia. E a arte, convém enfatizar, fornece uma leitura particularmente fértil para a compreensão do Egito antigo. Sempre, seja no âmbito da plástica, seja no da música, da dança ou da literatura, o fazer artístico entre os egípcios esteve associado a uma finalidade externa face à própria arte tomada em si mesmo. Opondo-se ao que viria a ser o lema romântico da “arte pela arte”, o artista egípcio concentrava-se na transmissão de algum dogma religioso, de algu-

ma referência política ou, no mínimo, de algum ensinamento que deixasse clara a situação geograficamente privilegiada do Egito como centro do mundo. O que não deixa de ter certa coerência, conforme a geografia moderna viria a confirmar: o Egito está realmente em posição central relativamente ao conjunto de todas as terras emersas do globo. Pura coincidência? Impossível saber ao certo.

Assim como é lícito falar em “milagre grego” para explicar o florescimento intensíssimo da cultura na Grécia a partir do século VII a. C., a mesma expressão pode ser aplicada com justiça ao Egito e à Mesopotâmia. Mesmo porque, conforme comprovam a Arqueologia e a História, a própria Grécia não teria dado tantos frutos à cultura se os egípcios e os mesopotâmios não lhe houvessem fornecido as sementes e preparado o terreno. Sabe-se também que a condição prévia para esse contexto cultural tão promissor no Mundo Antigo foi a descoberta da agricultura, que, permitindo aos homens produzir mais alimentos do que se requeria para a sobrevivência, possibilitou a construção das primeiras cidades de que se tem notícia (ver a esse respeito CASTELLS. 1975: 84). Não admira que a região em que nasce o Egito seja chamada Crescente Fértil.

É representativo que, já no Reino Antigo (3200-2258 a. C.), a cultura egípcia tenha alcançado o seu apogeu material e intelectual. Conforme se falou antes (cf. supra), é nessa fase que se definem os caminhos a serem seguidos pela arte até o fim do período dinástico. Anuncia-se o esplendor máximo que a arte egípcia atingiria no Novo Reino (1570-1085 a. C.), época em que as fronteiras do Egito se expandem pela Ásia, vindo a coincidir com as da Mesopotâmia. Ainda no campo da arte, o Novo Reino revela uma situação incomparavelmente atípica para o Egito. O protagonista é o faraó Amenófis IV (1364-1347 a. C.), que, no dizer de Ernst Gombrich, foi “o único a abalar as barras de ferro do estilo egípcio” (GOMBRICH. 1985: 39). Rompendo com o hieratismo e a solenidade exigidas até então para que se representasse a figura do faraó, Amenófis IV fez-se retratar na arte de modo naturalista, talvez influenciado pela arte cretense; Gombrich chega a dizer que “alguns de seus retratos mostram-no como um homem feio” (GOMBRICH. 1985: 39). Precursor de Moisés e dos Profetas, Amenófis IV acredita num deus único, Aton, representado sob a forma do Sol. Astro responsável pela vida e cuja periodicidade inabalável fazem dele uma espécie de *duplo* em relação ao Nilo: ambos simbolizam a eternidade, um na terra, outro no céu. Ao nascer todos os dias pela manhã e desaparecer no fim da

tarde, o Sol evoca a alternância ritmada que marca a vida e a morte dos homens. É, a rigor, a mesma evocação feita pelo Nilo através do seu ciclo de cheias e baixas, no que se tem o fator responsável pela grande fertilidade das terras egípcias, favorecendo a vida humana em regime sedentário e propiciando também o surgimento da civilização. O pré-requisito para isso, como se viu há pouco, foi a agricultura, já desenvolvida no Vale do Nilo por volta do quinto milênio a. C. e responsável pela especialização funcional dos membros da sociedade egípcia primitiva: um exemplo do que Gordon Childe denomina “revolução urbana” (Cf. CHILDE, 1989: 173sq).

Antes do Novo Reino, mais especificamente até a época da 18ª dinastia (1551-1306 a. C.), o Egito achava-se tecnologicamente atrasado em relação às civilizações vizinhas do Crescente Fértil. Sua modernização deve-se possivelmente à vinda de imigrantes asiáticos, e também, é claro, aos contatos estabelecidos através das campanhas militares. Se podemos considerar o Novo Reino como o período áureo da história egípcia, é preciso lembrar também que nele começam a surgir os fatores que conduziram o Egito ao declínio final. Entre eles, os desgastes decorrentes das campanhas na Ásia, em particular contra os hititas; a invasão dos povos do mar, responsáveis por uma era de desequilíbrio político para todas as culturas do Mediterrâneo oriental, ocasionando a ruína da civilização hitita; a difusão do uso do ferro no Oriente Próximo, como substituto para o cobre – metal que permitia a fabricação do bronze e que até então havia sido um instrumento de poder para o Egito. Por volta do ano 1150 a. C. termina a idade do bronze e inicia-se a do ferro: por não possuir esse metal, o poderio egípcio sofre um abalo do qual nunca se recuperaria.

Tal como faziam seus antepassados ilustres, os 60 milhões de habitantes do Egito atual concentram-se às margens do Nilo. Só a cidade do Cairo, metrópole por antonomásia no Oriente Médio, abriga hoje 16 milhões de pessoas. Graças à observância do ciclo das cheias do Nilo, em que a avareza das terras desérticas é compensada pela prodigalidade das águas fertilizantes, o povo egípcio sempre foi auto-suficiente em alimentos até época bem recente. Ricas em sais minerais, as águas do Nilo em cheia depositam limo nas margens, tornando-as propícias para o plantio. Cada metro quadrado de verde torna-se valioso, o Nilo e a franja de terra fértil esverdeada parecendo um oásis interminável e paralelo aos meridianos.

Tem-se na língua egípcia um retrato do efeito devastador do tempo sobre as obras humanas. Ramo da família hamito-semítica, a língua egípcia tem seu último estágio no copta, nascido por volta do século II da era cristã.

Suplantado pelo árabe a partir da invasão maometana, o copta extingue-se pouco a pouco até que, no século passado, foi relegado apenas ao uso eclesiástico. Correndo do sul para o norte – diferente, pois, dos outros grandes rios pertencentes aos horizontes da geografia antiga, a saber, o Tigre, o Eufrates e o Indus – o Nilo representava um enigma na Antigüidade. O nome pelo qual todos o conhecem vem do grego *neilos*, latinizado como *nilus*, que descende da raiz semítica *nahal*, que quer dizer simplesmente “rio”. Em Homero, a palavra *Aigyptos* designa tanto o rio, masculino, quanto o país, feminino. Heródoto visitou o Egito em 457 a. C., havendo chegado até a primeira catarata do Nilo, permanecendo durante milênios o mistério quanto à fonte do maior de todos os rios. Há pouco mais de um século sabemos que a sua nascente mais longínqua é o rio Kagera, que está nas terras altas do Burundi, perto da extremidade setentrional do lago Tanganica, e que deságua no lago Vitória: nomes todos eles desconhecidos para os egípcios dos tempos da civilização faraônica.

Culturas gêmeas, como já se disse aqui, o Egito e a Mesopotâmia não se caracterizam apenas por terem sido o berço das primeiras civilizações. Fornecendo ao homem as condições necessárias para passar do estágio neolítico ao civilizatório, o Crescente Fértil marca também a fronteira entre a pré-história e os tempos históricos. Terminado o último período glacial, há cerca de 12 mil anos, o Egito e a Mesopotâmia figuravam entre os principais pólos de atração humana do mundo. O processo acelerado de desertificação do norte da África foi um fator decisivo para o grande fluxo de migração rumo ao Vale do Nilo. É convidativo pensar que os egípcios antigos teriam fundamento científico para dizer que o Egito representava o centro do mundo. Talvez este mistério – juntamente com muitos outros relativos à antigüidade egípcia – estivesse esclarecido em alguma das obras perdidas nos incêndios que destruíram a biblioteca de Alexandria: o primeiro accidental, na época da conquista romana; o segundo proposital, na época da conquista árabe. Mas tal possibilidade não cabe discutir aqui. O que quer que se diga a esse respeito já não pertence ao domínio da História. Para falar do que se encontrava escrito nas centenas de milhares de obras queimadas deve-se deixar de lado os discursos de Heródoto e Toynbee, e recorrer a autores como Homero e Borges. Deve-se sair da História e ingressar na fabulação literária; em termos aristotélicos, ir do particular para o universal – nisso consistindo, aliás, e é Aristóteles mesmo quem frisa, a diferença básica entre o que dizem o historiador e o poeta (cf. ARISTÓTELES. *Poética*: 1451b).

Testemunha muda do que foi o Egito antigo, o Nilo continua a seguir seu curso do sul para o norte. Desafiando a geografia e a história, o rio eterno corta a África ao meio, rumo à Alexandria, trazendo ao Egito a vida e as lembranças longínquas do passado: lembranças que servem de matéria-prima ao historiador e a todo aquele que busca respostas para as perguntas que dizem respeito ao homem.

### Documentação

- AMBESIO, Alberto Cesare et alii. *Encyclopédie de l'art* (trad. Béatrice Arnal er alii), Paris: Librairie Générale Française, 1991.
- ARISTÓTELES. *Poetica* (texto grego e tradução francesa de J. Hardy) Les Belles Lettres, Paris, 1961.
- HERÓDOTO. *Histoires* (texto grego e tradução francesa de Ph. Legrand). Paris: Les Belles Lettres, 1946.
- PORFÍRIO. *Vita Plotini* (texto grego y traducción francesa de Émile Bréhier) apud PLOTINO. *Enneadae*, Paris, Les Belles Lettres, 1954.

### Bibliografia

- BAINES, John & MÁLEK, Jaromír. *Atlas of Ancient Egypt*, Oxford: Oxford, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *Problemas de investigación en sociología urbana* (trad. Enrique Grilló), 5ª ed., Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1975.
- CHILDE, Gordon. *Los orígenes de la civilización* (trad. Eli de Gortari), 16ª ed., México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- COURT, Raymond. *Sagesse de l'art*, Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.
- GOMBRICH, Ernst. *A História da Arte* (trad. Álvaro Cabral), 4ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- TAINÉ, Hippolyte. *Filosofia del arte* (trad. Fernando Herce), Barcelona: Iberia, 1954.
- WILSON, John et alii. *El pensamiento prefilosófico. Egipto y Mesopotamia* (trad. Eli de Gortari), México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- \_\_\_\_\_. *La cultura egipcia* (trad. Florentino M. Torner), México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

WORRINGER, Wilhelm. *El arte egipcio* (trad. Emilio rodrgues Sádía),  
Buenos Aires: Visión, 1977.

#### Nota

---

<sup>1</sup> Agradeço aos professores Adriana Rangel, Mauro Lino do Nascimento e Alberto de Souza Pinto Filho pelas críticas construtivas que apresentaram.